



“ALÉM DOS ANJOS E DOS HOMENS”: AS SINGULARIDADES DE UMA CARTA PASTORAL

Rosângela Wosiack Zulian*

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

rzulian@gmail.com

RESUMO: D. Antonio Mazzarotto foi o primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa (PR) e esteve à frente da mesma entre 1930 e 1965. Nesse período, escreveu 36 cartas pastorais publicadas, de forma determinada e pontual, todo dia 23 de fevereiro. Inserido numa determinada tradição espiritual suas representações discursivas explicitaram simultaneamente a influência da formação e a construção de sentidos singulares na mensagem anunciada. Em 1957, na carta intitulada *A Nossa Pátria* argumentava que, a partir da certeza da projeção infinita da Redenção, outros mundos e seus habitantes poderiam ter recebido a mensagem salvífica e, assim, a condição de partilhar das bem-aventuranças celestes. D. Antonio jogou não apenas com a possibilidade de racionalidades existentes ou pré-existentes em outros orbes, mas, ao unir passado, presente e futuro na perspectiva da salvação, atualizou teológica e discursivamente o drama da Paixão e Morte de Cristo e a Redenção “*de todo o universo*”.

PALAVRAS-CHAVE: religiosidade- bispos-cultura-práticas discursivas

IN ADDITION TO ANGELS AND MEN: THE SINGULARITIES OF A PASTORAL LETTER

ABSTRACT: D. Antonio Mazzarotto was the first bishop of the Diocese of Ponta Grossa (PR) (1930-1965). He published 36 pastoral letters every February 23th. in order to spread his project in his diocese. Involved with a precise spiritual tradition, his discursive representations explain, at the same time, the influence of his religious education and the singular significations of the announced message. In one of these, entitled *A Nossa Pátria* (1957), argued that if the Redemption has an infinite force, also other worlds and other inhabitants could have received the salvific message and the condition to share the heavenly Jerusalem. D. Antonio played not only with existing or pre-existing rationalities in other orbs, but to unite past, present and future from the perspective of salvation, updated theological and discursively the passion and death of Christ and the redemption "of all universe".

KEYWORDS: religiosity-bishops-culture-speech acts

* Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Antonio Mazzarotto, filho de imigrantes vênéticos¹, nasceu em Santa Felicidade (PR) em 1890. Estudou na escola local e foi aluno de latim do padre Brescianini, que preparou sua entrada no Seminário Episcopal de Curitiba, o que aconteceu em 09/01/1905, quando tinha 15 anos. Foi ordenado presbítero por D. João Francisco Braga, terceiro bispo da diocese de Curitiba em 23/11/1914. Exerceu o magistério eclesiástico no Seminário, lecionando as cadeiras de filosofia e teologia. Ainda um jovem sacerdote, foi vigário cooperador da Catedral de Curitiba, angariando fama de erudição, eloquência na pregação e empenho na direção espiritual da juventude. Foi ordenado bispo em Roma e tomou posse da diocese de Ponta Grossa em 1930.

Desde a época do seminário até 1965, quando renunciou, sua produção foi incessante (em ensaios, sermões, discursos, pregações em retiros, conferências, nas publicações católicas e nos jornais da cidade), voltando-se especialmente à escrita de cartas pastorais pontualmente publicadas todo dia 23 de fevereiro, aniversário da ordenação episcopal. Esse costume era generalizado no episcopado nacional, posto que instrumentos por excelência para a difusão de um programa e a execução de um projeto. As cartas pastorais representam o bispo junto aos fiéis, tanto ao expressar, através dos suportes simbólicos do texto em sua organização e imagens, as suas preocupações, interesses e determinações, quanto as relações com os poderes, o clero, a sociedade. Dessa forma, incorporam tradições, sistemas de valores, formas institucionais, em suma, as imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade.²

Michel de Certeau afirma que “o objeto da história religiosa não deve ser buscado em termos de uma localização objetiva [...] nem em termos das motivações [...] mas em termos de uma ordem ou uma organização mental”.³ O discurso de autoridade que organiza e encerra um modo de inteligibilidade é o produto de um lugar, que se define por uma relação da linguagem com o corpo (social).⁴

¹ Dos doze filhos de Ângelo e Amália Gasparin Mazzarotto, sete optaram pela vida consagrada.

² ARAÚJO, José Carlos de Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986; LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: **Revista História: questões e debates**. Curitiba: UFPR, v. 19, n. 36, pp.161-181, jan./jun. 2002; MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

³ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 146.

⁴ *Ibid.*, p. 33; p. 71; p. 77.

Vale dizer que as condições de enunciação ou as formas que regem a manifestação pública da autoridade constituem apenas o elemento mais visível de um sistema de condições, das quais as mais importantes são aquelas que produzem a disposição ao reconhecimento como crença, ou seja, a delegação de autoridade que confere sua autoridade ao discurso autorizado.⁵

Assim, sendo

[...] todos os esforços para encontrar na lógica propriamente lingüística das diferentes formas de argumentação, de retórica, de estilística, o princípio de sua eficácia simbólica, estão condenados ao fracasso quando não logram estabelecer a **relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo.**⁶ (destaque nosso)

“Em primeiro lugar, é preciso tentar compreender, já dizia Certeau”.⁷ E tentar compreender, para o autor, não é simplesmente exprimir a “verdade” do outro, mas encontrar na própria informação histórica o que a tornará pensável. A interpretação da carta pastoral de 1957 requereu trabalhar, nos vestígios da sua escrita, as possibilidades de construção dos sentidos da organização mental do bispo, naquilo que é “indireto, indiciário, conjectural”.⁸

Qual teria sido seu diferencial? Para responder a esse questionamento, foi necessário desnaturalizar o olhar e tentar percebê-lo além da imagem homogeneizante dos bispos integrantes da eclesiologia pré-Vaticano II, mesmo que a fidelidade a esse modelo tenha acompanhado toda a trajetória episcopal. Podemos dizer que D. Antonio foi um bispo exemplar com características singulares. Como o Menocchio, personagem ao mesmo tempo semelhante e diferente dos seus conterrâneos, a singularidade de D. Antonio tinha limites bem precisos: “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai, a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”.⁹

⁵ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 91.

⁶ Ibid., p. 89.

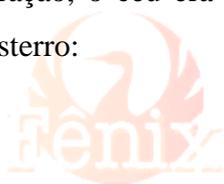
⁷ DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 142.

⁸ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 157.

⁹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20.

Num momento em que os discursos sobre a defesa da pátria brasileira contra os avanços do comunismo polarizavam os pronunciamentos da hierarquia da Igreja, D. Antonio publicou, em 1952 e 1957¹⁰, duas cartas pastorais com o mesmo título, *A Nossa Pátria*. Apresentam um curioso enigma: por que D. Antônio escreveria duas cartas, embora separadas por cinco anos, praticamente iguais, repetindo o título e o tema? A segunda, mais que uma simples repetição, apresenta uma ampliação dos conceitos anteriormente utilizados. Uma sutil e quase imperceptível diferença no título – a primeira o apresenta entre aspas. O estranhamento causado pela leitura comparativa dessas cartas pastorais nos motivou a pensar possibilidades de análise, pois, “para *ver* as coisas devemos, primeiramente, olhá-las como se não tivessem nenhum sentido: como se fossem uma adivinha”.¹¹

Na carta pastoral de 1957 D. Antonio fez uma ampla reflexão teológica sobre a vida no Paraíso, para ele uma realidade concreta, contrastando-a com o “vale de lágrimas” da vida sobre a terra. Ou seja, na sua perspectiva, comum aos bispos dessa geração, o céu era entendido como Pátria a ser conquistada e a terra, como local de desterro:



www.revistafenix.pro.br

Porque tantos espinhos e abrolhos, porque tantas lágrimas e gemidos? Ah! É que, por causa do pecado, amaldiçoou Deus esta terra, tornando-a um desterro, por onde peregrinamos em demanda da Pátria. Libertados dos males deste exílio e na posse de todos os bens, é que se nos satisfará, na Pátria celeste, esse anseio que nos devora, de sermos felizes e inteiramente felizes. Verdadeira Pátria é o Céu.¹²

A ideia de céu como pátria foi desdobrada em quatro “*denominações alegóricas*”¹³ para a concepção humana: *reino, cidade, casa e paraíso*, categorias retiradas de Roberto Belarmino¹⁴, lugares plurais relacionados a uma realidade futura,

¹⁰ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. “**A Nossa Pátria**”. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1952; CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957. Arquivo do Instituto de Filosofia e Teologia *Mater Ecclesiae*. Ponta Grossa (PR).

¹¹ GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 22.

¹² CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 4.

¹³ *Ibid.*, p. 4-5.

¹⁴ Roberto Belarmino (1542-1621) nasceu em Montepulciano (Itália), ingressando na Companhia de Jesus em 1560. Estudou teologia em Pádua e Lovaina. Trabalhou sobretudo no

através de formas possíveis de percepção. Foi “por meio de imagens e figuras sensíveis”¹⁵ que D. Antonio idealizou o céu, sempre respaldado na Tradição e nos santos e doutores da Igreja. Relacionou o tema às categorias e reflexões oriundas de Roberto Belarmino apenas na carta de 1957 e, em ambas, apresentou comentários de João Crisóstomo, Ambrósio, Agostinho, Pedro Crisólogo, Cirilo de Alexandria, entre outros. No entanto, privilegiou o Apocalipse de São João, os capítulos 21 e 25 do Evangelho de Mateus e a elaboração agostiniana das “duas cidades”. É possível que sua reflexão esteja vinculada ao que explica Jean Delumeau, o qual afirma que ao longo dos séculos, houve uma contaminação entre o Apocalipse, o capítulo 25 de Mateus e *A Cidade de Deus*:

Os múltiplos manuscritos do livro de sucesso que foi a obra de santo Agostinho foram, de fato, muito frequentemente ilustrados, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIV, pela evocação de Todos os Santos na Jerusalém celeste [...] A expressão “cidade celeste”, empregada por Santo Agostinho, induziu uma espécie de jogo de espelhos entre seu livro e o Apocalipse.¹⁶

D. Antonio, mesmo reconhecendo no céu “uma amplidão [...] tamanha que não há imaginação que a possa alcançar” localizou o *reino*

[...] acima das profundas campinas do firmamento, acima da imensa azulada abóboda celeste toda pontilhada e recamada de estrelas [...] região empírea na qual tem seu trono o grande e divino Jesus Cristo e os Príncipes da Côrte celeste.¹⁷

O empíreo, palavra grega que significava *fogo* e *luz*, onde a mitologia situava outrora o *habitat* dos deuses, tornou-se, na cosmografia cristã medieval, a morada imóvel dos anjos e dos eleitos. O céu era considerado um “lugar” e, ao mesmo tempo,

magistério e na direção dos jovens religiosos da Ordem. Notabilizou-se pela atividade teológica a serviço das doutrinas do Concílio de Trento e da confutação das doutrinas dos luteranos e calvinistas. Em 1576 tornou-se o primeiro titular da cadeira de apologética na Universidade Gregoriana (Colégio romano). Em 1599, foi eleito cardeal e arcebispo de Cápua. O zelo doutrinal valeu-lhe o título de Doutor da Igreja. Foi canonizado por Pio XI em 29 de Junho de 1930 (SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. **Dicionário Enciclopédico das Religiões**. Petrópolis: Vozes, v. I, 1995, p. 357).

¹⁵ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 5

¹⁶ DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 37.

¹⁷ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 5.

um “estado”, definido pela teologia como “lugar da felicidade perfeita, da bem-aventurança que consiste na proximidade e na visão imediata, intuitiva e no gozo de Deus”.¹⁸ Para D. Antonio, tributário dessa concepção, a integração entre seus habitantes, a infinitude da graça divina, a beleza do Reino, a eternidade do prazer da presença de Deus e da corte celeste, evocavam uma “geografia do além” como “morada dos Escolhidos”.¹⁹ O Paraíso, como um “jardim das delícias”, e o Céu dos bem-aventurados se mesclavam em sua escrita, em construções discursivas ricas de poesia e imagens.

Assim como o homem recebe toda a luz do sol e todo o seu calor, assim cada habitante do Céu usufrui todos os bens de Deus, como se fosse o único a possuí-los e a gozá-los. Possui as honras sem ignomínia, o poder sem fraqueza, as riquezas sem pobreza, as delícias sem dor.²⁰

Quando mencionou a “multidão e diversidade de seus habitantes”²¹, hierarquizou-os a partir da leitura de diversos textos reelaborados ao longo da história do cristianismo, passando por Dionísio, o Areopagita, os Padres da Igreja, Cirilo de Jerusalém, João Crisóstomo e, de forma muito aproximada, Dante Alighieri. Este, na esteira de Dionísio, construiu um paraíso deslumbrante, assim como fez D. Antonio. Na *Divina Comédia*, “verdadeira dissertação astronômica”²², encontra-se uma das melhores expressões da organização dos habitantes do paraíso, apresentando a correspondência de cada um dos céus sucessivos a uma categoria de eleitos.

Para D. Antonio, leitor de Dante, a quem chamava de “o divino”, o empíreo infundo ou “Reino dos Céus” seria povoado por incontáveis seres angélicos, em nove categorias com suas respectivas funções: serafins, querubins, tronos, dominações, virtudes, potestades, principados, arcanjos, anjos. Nove também eram as categorias dos santos habitantes desse reino: patriarcas, profetas, apóstolos, mártires, confessores, pastores e doutores, sacerdotes e levitas, monges e eremitas, santas mulheres (virgens, viúvas ou casadas), que preencheriam os espaços deixados pelos anjos decaídos “pelo

¹⁸ TSHIBANGU, Tarcisse. Escatologia e Cosmologia. **Concilium**. Projeto X. Petrópolis: Vozes, n. 186, pp. 40 (672)-50 (682), 1983, p. 41 (673).

¹⁹ *Ibid.*, p. 16.

²⁰ *Ibid.*, p. 8.

²¹ *Ibid.*, p. 5.

²² DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 448.

grau de seus merecimentos”.²³ “Sociedade de anjos e santos, tão insigne, tão nobre”, por isso “aristocrática”, um lugar de visão beatífica, de conversas familiares, de eterna felicidade. Lugar de reis, paradoxalmente o céu a todos congrega sem diferenças, sem competições, sem fraquezas, sem pobreza, sem dor.²⁴

Esse reino, na reflexão de D. Antonio, é infinitamente vasto e, pelo alcance da Redenção, teria a possibilidade de incorporar outros habitantes em suas muitas moradas:

Acresce que, entre os muitos astros que brilham nas profundezas do firmamento, há – como pensam com fundamento Sábios católicos – **os que são habitados por criaturas racionais, os que o foram ou os que ainda o serão**. E como revelou Deus aos Anjos a Incarnação, Paixão e Morte de seu Filho e eles se salvaram ou condenaram, conforme adoraram ou desprezaram o Verbo Humanado, **assim a êsses habitantes dos globos podia o mesmo Senhor ter-lhes feito a mesma revelação, elevando-os ao estado sobrenatural** e destinando-os à bemaventurança inefável do Paraíso celeste. Deste modo, já que nos méritos da Cruz há uma **força de projeção infinita**, mais amplo teria sido o **fruto da Redenção e o Sangue do Divino Cordeiro**, que inundou o Calvário, **teria jorrado nos misteriosos abismos do espaço**. A própria Igreja nos acena com essa verdade e no-la insinua quando, num de seus hinos, reza que o Sangue de Jesus purifica a terra, o mar, os astros, o universo inteiro: **“Terra, pontus, astra, mundus quo lavantur flumine”!** Assim, **além dos Anjos e dos homens, outros habitantes haveria** na Pátria bemaventurada **provenientes de outros orbes** e todos conviveriam na mais maravilhosa união e amizade [destaque nosso].²⁵



D. Antonio argumentava que, se a Redenção tem força de projeção infinita, também outros mundos com outros habitantes poderiam ter recebido a mensagem salvífica e a possibilidade de partilhar da bem-aventurança da Jerusalém celeste: a terra, o mar, os astros, o mundo seriam lavados nesse rio (isto é, no sangue e na água que brotam da ferida do Cristo) que “teria jorrado nos misteriosos abismos do espaço”. D.

²³ O Apocalipse traz essa categorização de forma restrita: “cento e quarenta e quatro mil marcados com o selo de todas as tribos dos filhos de Israel”, ou seja, doze mil de cada uma das doze tribos, “trajados com vestes brancas e com palmas nas mãos” (Ap, 7, 4; 9). No século III, Orígenes apresenta como bem-aventurados os mansos, os obedientes à palavra de Deus e os pobres em espírito. Cipriano, seu contemporâneo, inclui nessa relação os patriarcas, os apóstolos, a multidão dos profetas, os mártires, os confessores, as virgens e os misericordiosos. De forma aproximada Beda, em sermão no século VIII e Alcuíno, no século IX, dentre outros, foram acrescentando ou substituindo essas categorizações (DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 174-175).

²⁴ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 6- 8.

²⁵ Ibid., p. 6-7.

Antonio jogou não apenas com a certeza de racionalidades existentes ou pré-existentes em outros orbes mas, ao unir passado, presente e futuro na perspectiva da salvação, atualizou teológica e discursivamente o drama da Paixão e Morte de Cristo e a Redenção “de todo o universo”.²⁶

O que pensar disso? Que leituras fez D. Antonio e que relações construiu? O bispo parecia admitir a existência de outros planetas habitados por seres que poderiam ter recebido a Revelação e, da mesma forma que os anjos aceitaram ou rejeitaram a salvação, também teriam a possibilidade da “bemaventurança eterna do paraíso celeste” pelos “méritos da Cruz” e sua “força de projeção infinita”. É uma leitura soteriológica que não encontramos em outros prelados.

É possível que um dos “Sábios católicos” mencionados por D. Antonio tenha sido o filósofo e cardeal alemão Nicolau de Cusa (1401-1464), o qual não excluía a hipótese da pluralidade de mundos habitados. Mesmo convencido de que não existiria “natureza mais nobre e mais perfeita que a [...] que habita esta terra como sua região própria, [...] não deve haver uma estrela da qual estejamos autorizados a excluir a existência de seres humanos, por muito diferentes que sejam de nós”.²⁷

O frade dominicano Giordano Bruno, no século XVI, também não deixou de afirmar a pluralidade dos mundos habitados, declarando:

É impossível que um ser racional suficientemente vigilante possa imaginar que esses mundos incontáveis, tão manifestos quanto é o nosso ou ainda mais magníficos, sejam desprovidos de habitantes semelhantes e mesmo superiores.²⁸

Em tese apresentada na V^a. Semana Teológica do Brasil e publicada na Revista Eclesiástica Brasileira em 1955, o teólogo Monsenhor Roberto Roxo lançava algumas questões: qual a relação entre o mundo material, o cosmos e o sobrenatural, ou, em outras palavras: qual é, na teologia cristã, o lugar para o cosmos? Em que medida o cosmos recebeu os benefícios da Redenção? Amparado em investigação estritamente

²⁶ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 7.

²⁷ “A douta ignorância” *apud* BOEHNER, Philoteus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 557-559. Campanella, Huygens, Bergerac, no século XVII, também adotaram essa perspectiva.

²⁸ BRUNO, Giordano. L’infini, l’univers et les mondes. In: DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 456-458.

teológica, partiu da teologia paulina²⁹, segundo ele de exegese difícilíssima, encontrou argumentos na Patrologia, em João Escoto Erígena e, especialmente, em Tomás de Aquino, chegando à conclusão de que, de um modo ou de outro, o influxo salvífico da Redenção teria atingido todo o Universo: “assim como o homem foi remido, o cosmos foi remido [...] homem e cosmos teriam cada um a seu modo a Redenção”.³⁰

Entendemos que a reflexão de D. Antonio dialogava com a argumentação de Roberto Roxo, o qual publicizou, de forma cautelosa e institucional, os questionamentos que atravessavam a década de 1950 e que pediam à Igreja um posicionamento em relação ao problema da cientificidade e as condenações ainda em vigor. Sem entrar no mérito de sua tese, é significativa a sincronia entre as inquietações de ambos no mesmo contexto.

Num momento em que Teillard de Chardin fora silenciado e a criação do mundo era entendida como obra exclusiva e direta de Deus, D. Antonio manteve a rejeição à teoria evolucionista: tanto o espiritismo quanto o evolucionismo são colocados por D. Antonio como equivalentes na negação das verdades do cristianismo. Na carta pastoral de 1932 assim se pronunciou: “Do evolucionismo e da metempsicose procede, como de sua fonte, a negação de muitas outras verdades fundamentais do cristianismo: [...] não há criação do homem, [...] não há Céu, nem Inferno”.³¹

Inúmeros escritos da hierarquia da Igreja nos séculos XIX e XX condenaram o evolucionismo ou o colocaram sob suspeita como, por exemplo, Pio XII na alocução *Un Ora*, de 1951, enviada à Pontifícia Academia de Ciência, rejeitando todos os seus resultados, quando aplicados à origem e evolução das espécies. As atitudes católicas, até meados do século XX, pautaram-se pela rejeição aos avanços científicos, em especial

²⁹ “A criação espera ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus, pois que toda a criação foi submetida à vaidade, não por própria vontade mas por subordinação a Quem a submeteu, embora com a esperança de que a mesma criação será libertada da escravidão da corrupção e admitida na liberdade da glória dos filhos de Deus. Sabemos, com efeito, que toda a criação geme e está como em dores de parto até o presente (Rom 8, 19-22)”.

³⁰ ROXO, Roberto. A Redenção Cósmica. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, vol. 15, fasc. 2, pp. 335-348, jun. 1955, p. 347.

³¹ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Magia Espiritica**. Curitiba: Oficinas Graphicas da “A Cruzada”, 1932, p. 19.

naquelas áreas onde a ciência poderia abalar a credibilidade dos dogmas católicos, notadamente as teorias sobre a origem do universo e da vida.³²

D. Antonio, fiel aos pronunciamentos da instituição, acompanhou a reflexão da hierarquia católica quando esta reafirmou a doutrina da Revelação, em contraposição às modernas teorias do conhecimento, fundadas sobre o empirismo e o diálogo com a natureza. Elaborou, dessa forma, a ideia de vida extraterrestre dentro da perspectiva cristã do período: se Deus, pela mesma intenção, gerou todo o Universo e colocou a Terra em condições de ser habitada por seres por Ele criados e dotados de racionalidade, por Sua vontade isso também poderia ter acontecido em outros espaços que não os da Terra, com outros habitantes, “além dos Anjos e dos Homens”, candidatos à “Pátria bemaventurada”, tanto no passado quanto no futuro.

Segundo Zilles, até o Vaticano II, na Igreja católica, predominava uma visão estática do mundo. Quando o jesuíta Teilhard de Chardin (1881-1955) apresentou uma visão dinâmico-evolutiva do mundo, foi proibido de publicar suas obras durante a vida e, ainda em vésperas do Concílio, o Vaticano publicou um *monitum* (advertência) restringindo o acesso dos seminaristas à leitura das mesmas. A partir de uma interpretação literal fundamentalista da Gênese, defendia-se um criacionismo inconsistente como única alternativa para o evolucionismo. Quando estudante, na década de 1950, o autor relata que nas aulas de apologética, perguntava-se “Quem tem razão: Moisés ou Charles Darwin?” Tratavam-se as duas questões como inconciliáveis, porque somente se admitia a intervenção direta de Deus. Defendia-se o conceito de criação com argumentos metafísicos: o efeito não pode ser maior que a causa. Ora, se houvesse evolução de um pré-hominóide para o homem, o efeito seria maior que a causa, como se Deus, agindo através de sua obra, deixasse de ser a causa última. Não se percebia que a alternativa “criação ou evolução” era falsa, pois o conceito científico de evolução pressupõe o conceito teológico de criação.³³

³² MANOEL, Ivan A. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. In: *Acta Scientiarum*. Maringá: UEM, 21 (1), pp. 207-215, 1999, p. 210.

³³ ZILLES, Urbano. *A Gaudium et Spes e as Ciências*. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article> > . Consultado em 27/11/2018.

Existe também a possibilidade de uma sutil menção ao contexto da guerra fria³⁴, das corridas armamentista e espacial, temas bastante explorados pela imprensa e pela indústria cinematográfica no período.

Vale destacar que no ano de 1947 foi divulgado o primeiro relato oficial sobre a presença de objetos voadores não- identificados nas cercanias do Monte Rainier, em Washington, testemunhada pelo piloto Kenneth Arnold. No mesmo ano, em Roswell (Novo México), noticiou-se a possível queda de uma nave extraterrestre, caso até hoje não desvendado. A década de 1950 popularizou o tema e muitos filmes memoráveis foram feitos como *A Guerra dos Mundos* (1953), de Orson Welles, e *Vampiros de Almas* (1956), de Don Siegel. Em ambos, os extraterrestres são apresentados como seres perigosos e amorais, que colocaram em risco a vida sobre a Terra. D. Antonio não deveria ignorar a existência dessas produções, bastante divulgadas no período e que foram assistidas nos diversos cinemas da cidade. Não era esse o perfil dos habitantes de outros mundos concebido pelo bispo: talvez por pressupor sua existência e relacioná-la à criação de Deus, sua escritura amenizou a versão cinematográfica.

No pós-guerra, atravessado por inseguranças políticas e econômicas, sociais e religiosas, terrestres e espaciais, D. Antonio subliminarmente propôs a paz e a boa convivência entre os “diferentes” que, irmanados em Jesus Cristo, desfrutariam “dos estupendos encantos da Jerusalém celeste”.³⁵

Embora acidental e secundário, quem poderia imaginar o prazer proveniente da nobilíssima convivência de tantos celícolas, tão amáveis pelos encantos de sua bondade e tão admiráveis pelos

³⁴ Essa expressão foi utilizada pela primeira vez em 1947 para marcar a existência de uma guerra não-declarada entre Estados Unidos e União Soviética e que se estendeu, aproximadamente, de 1947 até a desagregação do mundo soviético. Posteriormente foi aplicada para nomear um conflito mais amplo envolvendo os blocos ocidental e soviético. Para Munhoz, alguns marcos caracterizaram esse período e, dentro de nossa periodização, destacamos: o anúncio da Doutrina Truman e do Plano Marshall e a Conferência do Rio de Janeiro (1947); o golpe comunista na Tchecoslováquia, a Conferência de Bogotá e a expulsão da Iugoslávia do Kominform (1948); o bloqueio de Berlim (1948-1949); a criação da OTAN, o teste nuclear soviético e a Revolução Chinesa (1949); a Guerra da Coreia (1950-1953); o macartismo (1950-1954); golpes militares, intervenções e tentativas revolucionárias no Terceiro Mundo (1945 em diante); a criação do Pacto de Varsóvia, a invasão da Hungria e os conflitos na Polônia (1956), dentre outros (MUNHOZ, Sidinei. Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, pp. 218-219).

³⁵ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 11.

esplendores de sua glória! Se agora a figura de um Santo pintado em tela ou esculpido em madeira nos atrai e agrada, como não exultarão de satisfação e júbilo os que, no reino celeste, vêem, tratam e conversam a todos os Bemaventurados .³⁶

Outra “conjectura” que julgamos relevante é a postura da Igreja católica com relação ao movimento espírita. No século XIX e, podemos dizer, até o Concílio Vaticano II, boa parte da documentação produzida pela hierarquia eclesiástica se voltou predominantemente para o magistério católico e para o reforço da autoridade como meio de coibir a proliferação do protestantismo e das seitas mediúnicas. Esses textos, apresentando uma perspectiva apologética e catequética, se construíam referenciados nas Sagradas Escrituras, nos documentos papais, nas cartas pastorais e outros. Neles fica evidenciada a dificuldade com que a hierarquia dialogava com outros saberes, isto é, com agências produtoras de significados sociais distintos.³⁷ Em março de 1953, quando da primeira reunião do episcopado paranaense, uma das sessões tratou especialmente da expansão do espiritismo. Preocupados tanto com a questão doutrinal, quanto com as práticas assistencialistas, os bispos da província propuseram uma ação conjunta de esclarecimento sobre a doutrinação espírita e os meios para seu combate.³⁸ Na primeira reunião ordinária da CNBB em Belém, em agosto de 1953, declarou-se ser o Espiritismo o mais perigoso dos desvios doutrinários e, assim, promulgou “um plano concreto e minucioso de defesa contra a insolente ofensiva dos propagandistas da herética doutrina dos espíritos”, a chamada “Campanha Nacional contra a Heresia Espírita”.³⁹

D. Antonio, quando assumiu a diocese, estava informado quanto às diversas formas de reação às políticas institucionais da Igreja católica, especialmente a oposição do movimento anticlerical. Dessa forma dedicou a primeira carta ao seu projeto pastoral para a diocese ⁴⁰, a segunda sobre a doutrina da Igreja⁴¹ e a terceira, específica sobre o

³⁶ Ibid., p. 7.

³⁷ ISAIA, Arthur Cesar. Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil na primeira metade do século XX. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: UFSC, n. 30, out/200, p. 69.

³⁸ LIVRO DE ATA. **Da Província Eclesiástica do Paraná** (1953-1966). Arquivo da CNBB Regional Sul- II. Curitiba-PR.

³⁹ Nesse contexto, destacamos os 18 artigos produzidos por frei Boaventura Kloppenburg OFM ao longo da década de 1950, publicados na Revista Eclesiástica Brasileira e dedicados à “campanha de esclarecimento dos católicos”, uma autêntica cruzada contra o espiritismo.

⁴⁰ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **O Reino de Cristo**. Roma: Tip. Consorzio Nazionale, 1930.

combate à doutrina espírita.⁴² Pode-se dizer que esse tema, junto do discurso anticomunista, foi o mais presente nas práticas discursivas do bispo que, veementemente, apontava os perigos a que estava exposta a fé: “*o indifferentismo, o protestantismo, o espiritismo e todo o gênero de superstições e escandalos*”.⁴³

Ora, a ideia de pluralidade dos mundos habitados era parte integrante da doutrina espírita, explicitada em *O Livro dos Espíritos*, primeiro livro da Codificação Espírita publicado por Allan Kardec em 1857 em Paris:

Deus povoou os mundos de seres vivos, e todos concorrem para o objetivo final da Providência. Acreditar que os seres vivos estejam limitados apenas ao ponto que habitamos no Universo, seria pôr em dúvida a sabedoria de Deus, que nada fez de inútil e deve ter destinado esses mundos a um fim mais sério que o de alegrar nossos olhos. Nada, aliás, nem na posição, nem no volume ou na constituição física da Terra, pode razoavelmente levar-nos à suposição de que ela tenha o privilégio de ser habitada, com exclusão de tantos milhares de mundos diferentes.⁴⁴

Grosso modo, o espiritismo kardecista pressupõe a existência de Deus, a imortalidade da alma, a crença na reencarnação e na pluralidade dos mundos habitados, incorporados à prática das manifestações dos espíritos. A ideia de evolução é central, projetada para o mundo espiritual, no qual os indivíduos deveriam passar por vários estágios até chegarem a ser “espíritos de luz”. Apresentava-se como uma doutrina, que tentava conciliar o racionalismo com a crença na sobrevivência individual do espírito e em seu progresso infinito, procurando explicar os fenômenos espíritas de acordo com a ciência.

Ou seja, o universo, na ótica kardecista, também é percebido como espaço plural, onde as possibilidades de existência e manifestação da vida são igualmente numerosas. A ideia do homem como ser único e superior, era tida como contrária à grandiosidade e sabedoria de Deus.

⁴¹ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Doutrina Chistã**. Curitiba: Oficinas Graphicas da “A Cruzada”, 1931.

⁴² CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Magia Espiritica**. Curitiba: Oficinas Graphicas da “A Cruzada”, 1932.

⁴³ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **O Reino de Christo**. Roma: Tip. Consorzio Nazionale, 1930, p. 15.

⁴⁴ <https://livrodosespiritos.wordpress.com/as-causas-primarias/capitulo-3-criacao/v-pluralidade-dos-mundos/> Consultado em 30/11/2018.

Relacionando a proposta espírita de outros orbes habitados, o discurso recorrente de D. Antonio de erradicação dos inimigos da fé e o contexto das diretivas da CNBB para o combate à heresia espírita, podemos pensar em uma representação discursiva e alternativa aos postulados kardecistas e um endosso, por parte da instituição da qual o bispo se entendia legítimo representante, às certezas e fundamentos dos sábios católicos.

A cidadania celestial passou pela interpretação do Apocalipse de S. João, “a cidade de ouro puro, semelhante a um vidro claro”⁴⁵, onde seus habitantes são todos “cidadãos de uma mesma cidade, todos concordes e unânimes, todos regidos pela mesma lei do amor e da amizade”.⁴⁶ Outro motivo de denominar-se *cidade* ao reino dos céus é a absoluta liberdade de seus habitantes: embora servindo ao Rei supremo, exatamente por isso são livres, pois já não podem mais pecar, como observava Santo Agostinho. Este é recuperado na comparação entre duas cidades, Babilônia, a cidade dos escravos do demônio, e Jerusalém, a futura cidade celeste, onde habitarão os que rejeitaram a Babilônia terrestre.

Essa “margem de liberdade” tornou-se um elemento idiossincrático e pouco explorado na escrita de D. Antonio Mazzarotto, um bispo cuja vida se voltou inteiramente às causas da Igreja. Essa reelaboração, no entanto, não configurou outra leitura da Tradição da Igreja, pelo contrário, desta nunca se afastou. O que fez foi iluminar aquelas reflexões que melhor serviam aos seus propósitos. Ele foi respondendo às demandas do tempo com seus muitos interlocutores, num discurso fixista. Suas práticas discursivas são o produto desse diálogo ancorado no passado e projetado para o futuro, para a única pátria definitiva, o céu. O entendimento do céu como casa enfatizou a ideia de “comunhão dos santos” e, entre eles, os “celícolas”.

[...] se bem que numerosíssimos, os habitantes do Céu não estão dispersos e disseminados, mas todos juntos e unidos, de modo que todos se vêem, se conhecem, se estimam e se falam. Aonde quer que se voltem, por toda a parte, só encontram irmãos da mesma família, moradores da mesma casa, possuidores dos mesmos bens.⁴⁷

⁴⁵ Livro do Apocalipse 21 :18.

⁴⁶ CARTA PASTORAL. D. Antonio Mazzarotto. **A Nossa Pátria**. Ponta Grossa: Gráfica Montes & Pereira, 1957, p. 11.

⁴⁷ Ibid., p. 13-14.

Localizando o céu “acima das profundas campinas do firmamento, acima da imensa azulada abóboda celeste toda pontilhada e recamada de estrelas”⁴⁸ e, ao mesmo tempo entendendo que “na visão, no amor e na posse de Deus consiste a bemaventurança essencial dos Eleitos”⁴⁹, D. Antonio pregou a existência do Paraíso não apenas enquanto materialidade, mas como corolário de um processo, a felicidade eterna pela visão de Deus. Não apenas um lugar, mas uma “mudança de estado”, trilhando um caminho aberto ao longo do tempo do cristianismo e que parece ter afluído no Catecismo da Igreja Católica, publicado em 1992 por João Paulo II: “Que estais no céu: esta expressão não significa um lugar (o espaço), mas um modo de ser”.⁵⁰

Ao atacar “as calamidades que nos ameaçam”, defendendo a Pátria celestial nas vivências terrestres, D. Antonio tramou nexos de sentido, perceptíveis na análise da lógica de sua produção discursiva. Sob uma aparência piedosa, apolítica e pouco vinculada às questões do tempo, sua escritura expressou, da primeira à última linha, confiança e fidelidade a uma comunidade de sentido e de sentimento, a Igreja.

Ao mesmo tempo se recriou através das representações discursivas que impôs à diocese, que foram e podem ser diversamente recebidas e reinterpretadas, e que explicitam simultaneamente o peso da formação e os sentidos peculiares da mensagem anunciada.

RECEBIDO EM: 30/01/2019

PARECER DADO EM: 19/03/2019

⁴⁸ Ibid., p. 5.

⁴⁹ Ibid., p. 17.

⁵⁰ http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p4s2_2759-2865_po.html. N. 2794.
Consultado em 30/11/2018.



www.revistafenix.pro.br